CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

OBJETO: Aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, destinados à composição e reposição do estoque de suprimentos de informática da Câmara Municipal de Morro da Garça.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.513,25 (quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e cinco centavos).

DAS PROPOSTAS: A proposta, devidamente datada e assinada pelo proponente, deverá ser enviada preferencialmente por e-mail, para os endereços eletrônicos: licitacoes@morrodagarca.cam.mg.gov.br; e/ou camara@morrodagarca.cam.gov.br, até o dia **06/11/2026, às 14:00 horas.**

Alternativamente, a proposta também poderá ser protocolada na Secretaria da Câmara Municipal de Morro da Garça, no endereço: Avenida Prefeito José Antônio de Oliveira, nº 703, Bairro Pompéia, Morro da Garça/MG, CEP, 39.248-000, no horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 07h às 11h e das 12h às 16h.

DA DISPUTA: A presente dispensa ocorrerá sem disputa, razão pela qual não haverá fase de lances.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

OUTRAS INFORMAÇÕES: O **Termo de Referência**, contendo a especificação do objeto, seus quantitativos, os prazos e condições de execução/fornecimento e pagamento, bem como as demais informações da contratação, e o formulário para preenchimento da proposta comercial estão disponíveis no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Morro da Garça **(https://www.morrodagarca.cam.mg.gov.br/> Portal da Transparência > Licitações > Ano Base > 2026)**, podendo ser solicitados também pelo e-mail: **licitacoes@morrodagarca.cam.mg.gov.br**, ou pelos telefones (38) 3725-1121 e/ou (38) 9 3618-0811.

Publicado no Painel de Publicações da Câmara Municipal de Morro da Garça em: 04 / 11 / 2026.

Servidor Responsável

AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

A Câmara Municipal de Morro da Garça, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 38.522.827/0001-38, com sede administrativa na Avenida Prefeito José Antônio de Oliveira, nº 703, Bairro Pompéia, Morro da Garça/MG, CEP, 39.248-000, por meio do Setor Administrativo, torna público aos interessados que receberá propostas para:

Aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, destinados à composição e reposição do estoque de suprimentos de informática da Câmara Municipal de Morro da Garça.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O presente aviso de intenção de contratação direta, tem por objeto a aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, destinados à composição e reposição do estoque de suprimentos de informática da Câmara Municipal de Morro da Garça.

1.2. A contratação se dará por dispensa de licitação, em razão do valor, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso e seus anexos.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. A participação na presente contratação ocorrerá de forma não eletrônica, nos termos e condições estabelecidos neste instrumento, conforme o disposto no § 2º do Art. 17 e no Art. 176, ambos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos necessários para participação constantes neste aviso e seus anexos.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, para envio de proposta de preço e documentos de habilitação, não cabendo à Câmara Municipal de Morro da Garça, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso incorreto de envio, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Sociedade, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou sociedade da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Sociedades controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA FÍSICA

3.1. O ingresso do fornecedor na presente contratação, se dará com o envio de sua proposta inicial.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. A proposta, devidamente datada e assinada pelo proponente, deverá ser enviada preferencialmente por e-mail, para os endereços eletrônicos: licitacoes@morrodagarca.cam.mg.gov.br; e/ou camara@morrodagarca.cam.gov.br, até o dia **06/11/2026, às 14:00 horas.**

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

4.2. Alternativamente, a proposta também poderá ser protocolada na Secretaria da Câmara Municipal de Morro da Garça, no endereço: Avenida Prefeito José Antônio de Oliveira, nº 703, Bairro Pompéia, Morro da Garça/MG, CEP, 39.248-000.

4.3. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de intenção de contratação direta, encaminhará, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, uma vez enviado a proposta e habilitação.

4.5. Se o regime tributário da sociedade implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da sociedade nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. Uma vez iniciada a sessão, os fornecedores não poderão retirar, substituir ou modificar suas propostas, no intuito de evitar fraude.

4.8. No envio da proposta e habilitação, o fornecedor deverá, também, enviar, às seguintes declarações:

4.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

4.8.3. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no envio de proposta, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.8.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Aberta a sessão, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento.

5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. Contiver vícios insanáveis;

5.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

5.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço.

5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se a nova data e horário para a sua continuidade, aos fornecedores.

5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Intenção de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do Anexo I – Documentação Exigida para Habilitação deste aviso e devem ser enviados no e-mail, juntamente com a proposta.

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, após solicitação da Câmara Municipal de Morro da Garça, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Intenção de Contratação Direta.

6.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a autorização da autoridade competente, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O fornecedor terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Intenção de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor, implica no reconhecimento de que:

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. O fornecedor se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Intenção de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos Artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos Artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.3.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência (Anexo III).

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado site da Câmara Municipal de Morro da Garça.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Intenção de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pela Agente de Contratação.

8.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília/DF.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

8.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Intenção de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação de interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.10. O Resultado da sessão pública será divulgado no site oficial da Câmara Municipal de Morro da Garça.

8.11. Integram este Aviso de Intenção de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

b) ANEXO II – Termo de Referência;

c) ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;

d) ANEXO IV – Modelo de Declaração Conjunta para Fins de Licitação;

e) ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

Morro da Garça/MG, 04 de novembro de 2026.

Ericagzila

Erica Cristina Gomes da Silva
Agente de Contratação

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

I. Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CMEI);

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

II. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

III. Habilitação Técnica:

a) Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico operacional e/ou técnico-profissional.

IV. Habilitação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

V. Demais declarações:

a) Declaração de que atende os requisitos de habilitação;

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

Morro da Garça/MG, 04 de novembro de 2026.

Erica Cristina Gomes da Silva
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, destinados à composição e reposição do estoque de suprimentos de informática da Câmara Municipal de Morro da Garça.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades institucionais, administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Morro da Garça, mediante a aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, destinados à composição e reposição do estoque de informática, bem como à manutenção, adequação e ampliação da infraestrutura tecnológica do Poder Legislativo Municipal.

2.2. A necessidade da contratação decorre da importância de assegurar a disponibilidade de materiais e componentes indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos e sistemas informatizados utilizados nas atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal. A manutenção de estoque adequado possibilitará a reposição de suprimentos, a substituição de acessórios e o atendimento de demandas operacionais, contribuindo para a continuidade dos serviços institucionais e a redução de interrupções decorrentes da falta de componentes essenciais.

2.3. Destaca-se, especialmente, a necessidade de disponibilizar materiais destinados à instalação dos equipamentos de registro eletrônico de ponto por reconhecimento facial, cuja implantação demanda infraestrutura adequada de conectividade, organização e proteção do cabeamento. A aquisição também atenderá às necessidades de extensão dos pontos de rede, interligação de novos equipamentos e complementação da infraestrutura tecnológica existente, proporcionando melhores condições de funcionamento dos sistemas utilizados pela instituição.

2.4. A disponibilidade dos materiais em estoque permitirá maior agilidade no atendimento das demandas administrativas e operacionais, possibilitando a substituição de componentes e a realização de adequações na infraestrutura de informática, sem a necessidade de iniciar novos procedimentos de aquisição a cada necessidade de reposição. Essa medida contribuirá para a racionalização dos recursos públicos e para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal.

2.5. Dessa forma, resta caracterizada a necessidade da contratação, visando assegurar a disponibilidade dos materiais indispensáveis à manutenção e ampliação da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal de Morro da Garça, à instalação dos

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

equipamentos de registro eletrônico de ponto facial, à reposição de suprimentos e à continuidade das atividades administrativas e legislativas, promovendo a utilização racional dos recursos públicos, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DO EMBASAMENTO LEGAL

3.1. A presente contratação direta fundamenta-se no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratação de outros serviços e compras de valor inferior ao limite legal:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> [...]
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

3.2. A Constituição Federal, em seu Art. 37, inciso XXI, admite a contratação direta nos casos previstos em lei. No âmbito infraconstitucional, o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, combinado com seu § 3º, prevê a possibilidade de dispensa, mediante divulgação prévia em sítio eletrônico oficial e seleção da proposta mais vantajosa:

> § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3.3. Nos termos do Art. 182 da Lei nº 14.133/2021, os valores previstos para dispensa de licitação são atualizados anualmente pelo Poder Executivo Federal, com base na variação do IPCA-E:

> Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

3.4. Para o exercício vigente, o Decreto Federal nº 12.807/2025 atualizou o limite previsto no Art. 75, inciso II (R$ 50.000,00), fixando-o em R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) para outros serviços e compras.

3.5. Estando o valor estimado da contratação dentro do limite legal, resta caracterizada a hipótese de dispensa de licitação, observadas as formalidades legais pertinentes.

4. DOS ITENS E QUANTITATIVOS

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT / CARSERV	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	**SWITCH 16 PORTAS GIGABIT 10/100/1000** Switch com 16 portas RJ45 Gigabit 10/100/1000 Mbps, com auto negociação, suporte Auto MDI/MDIX, padrões IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab e IEEE 802.3x, capacidade mínima de comutação de 32 Gbps, fonte de alimentação 100-240VAC, 50/60Hz, certificações FCC, CE e RoHS ou equivalentes.	624343	02	Unidade	606,35	1.212,71
2	**ELETRODUTO GALVANIZADO 3/4 – 3 METROS** Eletroduto galvanizado, bitola 3/4, com comprimento aproximado de 3 metros, destinado à instalação e proteção de cabeamento.	614414	20	Unidade	33,82	676,47
3	**CONECTOR PARA CONDULETE MÚLTIPLO 3/4** Conector para condulete múltiplo 3/4, galvanizado, acompanhado de parafusos para fixação.	256524	30	Unidade	5,55	166,60
4	**CONDULETE GALVANIZADO MÚLTIPLO ALUMÍNIO X 3/4** Condulete galvanizado múltiplo em alumínio, tipo X, bitola 3/4, destinado à passagem e organização de cabos.	265284	25	Unidade	17,26	431,50
5	**TAMPA GALVANIZADA PARA CONDULETE COM 1 SUPORTE RJ45** Tampa galvanizada para condulete, com 1 suporte para conector RJ45, acompanhada de parafusos para fixação.	463051	10	Unidade	10,34	103,40
6	**TAMPA GALVANIZADA PARA CONDULETE COM 2 SUPORTES RJ45** Tampa galvanizada para condulete, com 2 suportes para conectores RJ45, acompanhada de parafusos para fixação.	404748	05	Unidade	7,29	36,45
7	**TAMPA CEGA GALVANIZADA PARA CONDULETE** Tampa cega galvanizada para condulete múltiplo em alumínio, acompanhada de parafusos para fixação.	463051	10	Unidade	6,29	62,93
8	**TAMPÃO PVC PARA CONDULETE MÚLTIPLO ALUMÍNIO – KIT 100 UNIDADES** Tampão em PVC para condulete múltiplo em alumínio, fornecido em kit com 100 unidades.	394452	50	Unidades	0,61	30,67
9	**ABRAÇADEIRA PLÁSTICA PARA TUBO ELETRODUTO 3/4 – PACOTE 50 UNIDADES** Abraçadeira plástica para tubo/eletroduto, cor cinza, bitola 3/4, com sistema de clip, fornecida em pacote com 50 unidades.	359424	50	Unidade	2,20	110,17
10	**CONECTOR UNIDUT RETO PARA ELETRODUTO 3/4** Conector unidut reto para eletroduto de 3/4, confeccionado em alumínio, destinado à conexão e fixação em instalações aparentes.	622102	10	Unidade	10,22	102,23
11	**CURVA 90° PARA ELETRODUTO/CONDULETE 3/4** Curva 90° para eletroduto/condulete em alumínio, bitola 3/4, destinada à mudança de direção em instalações de cabeamento.	483266	10	Unidade	6,44	64,37

12	**SEALTUBO 3/4 EMBORRACHADO** Sealtubo emborrachado, bitola 3/4, destinado à proteção e condução de cabos em instalações elétricas ou de rede.	20818	05	Metro	19,72	98,60
13	**CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL COM HP 1030X** Cartucho de toner compatível ou original HP 1030X, para uso em impressora HP MFP-4103FDW, na cor preta, com rendimento aproximado de 9.700 páginas, considerando 5% de cobertura em papel A4.	432590	06	Unidade	101,60	609,60
14	**KIT TECLADO E MOUSE USB** Combo teclado e mouse. Teclado multimídia em formato slim, cor preta, layout ABNT2, teclas macias e silenciosas, conexão USB. Mouse com fio, conexão USB, resolução aproximada de 1200 dpi, cabo de aproximadamente 130 cm, 3 botões e textura emborrachada.	463943	05	Unidade	74,57	372,83
15	**MOUSEPAD LISO COM BASE EMBORRACHADA** Mousepad liso, com base emborrachada antiderrapante, dimensões aproximadas de 22 cm de comprimento x 18 cm de largura.	236958	01	Unidade	47,65	47,65
16	**FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS** Filtro de linha com, no mínimo, 6 tomadas, destinado à proteção e alimentação de equipamentos eletrônicos e de informática, com cabo de alimentação, interruptor liga/desliga e compatibilidade com a rede elétrica local.	473407	03	Unidade	48,58	145,75
17	**ORGANIZADOR ESPIRAL PARA FIOS E CABOS 1/2" PRETO – 10 METROS** Organizador espiral para fios e cabos, bitola 1/2", na cor preta, com comprimento de **10 metros**, destinado à organização, proteção e agrupamento de cabos de informática, rede e energia.	377819	01	Unidade	32,62	32,62
18	**ORGANIZADOR ESPIRAL PARA FIOS E CABOS 3/4" PRETO - 10 METROS** Organizador espiral para fios e cabos, bitola 3/4", na cor preta, com comprimento de **10 metros**, destinado à organização, proteção e agrupamento de cabos de informática, rede e energia.	357530	01	Unidade	42,01	42,01
19	**ADAPTADOR ETHERNET GIGABIT COM 3 PORTAS USB 3.0** Adaptador Ethernet Gigabit com entrada RJ45 e, no mínimo, 3 portas USB 3.0, destinado à conexão de rede cabeada e expansão de portas USB em computadores, notebooks e demais equipamentos compatíveis.	608233	03	Unidade	55,57	166,70

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO: R$ 4.513,25 (quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e cinco centavos).

Observação: Caso o item apresente descrição diferente daquela registrada no sistema Catmat/Catser do Compras.gov, prevalecerá a constante deste termo de referência, tendo em vista não existir no referido catálogo item com a descrição exata ao demandado.

4.1. As quantidades foram estimadas pelo Setor de Tecnologia da Informação (TI) da Câmara Municipal de Morro da Garça, considerando as necessidades de manutenção e reposição de suprimentos de informática, a instalação dos equipamentos de registro

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

de ponto, a ampliação e adequação da infraestrutura de rede e a composição de estoque para atendimento das demandas administrativas e operacionais da instituição.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. Conforme exigência legal, para se obter o valor estimado foi realizada pesquisa de preços utilizando-se os parâmetros previstos no inciso II, do Art. 72 da Lei 14.133/2021:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> [...]
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

5.2. O valor global total estimado da contratação é de **R$ 4.513,25 (quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e cinco centavos)**, conforme estimativa de despesa.

6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução consiste na aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, destinados à composição e reposição do estoque de informática da Câmara Municipal de Morro da Garça, bem como ao atendimento das necessidades de manutenção, adequação e ampliação da infraestrutura tecnológica do Poder Legislativo Municipal.

6.2. A contratação compreenderá o fornecimento conjunto de 19 (dezenove) tipos de produtos, nas quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo equipamentos de rede, materiais para infraestrutura de cabeamento, periféricos, suprimentos de impressão e acessórios necessários ao funcionamento dos recursos tecnológicos da instituição.

6.3. O fornecimento deverá compreender produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, observadas as características técnicas, dimensões, capacidades, velocidades de transmissão, padrões de conectividade, compatibilidade e demais especificações estabelecidas neste Termo de Referência. Os materiais e equipamentos deverão atender às normas técnicas e aos requisitos de segurança aplicáveis, incluindo certificações obrigatórias, quando exigidas pela regulamentação pertinente.

6.4. A empresa contratada deverá fornecer integralmente os materiais relacionados neste Termo de Referência, responsabilizando-se por todos os custos de aquisição, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga, tributos e demais despesas necessárias à entrega dos produtos no local indicado pela Câmara Municipal, sem custos adicionais para a Administração.

6.5. Os materiais deverão ser entregues no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, considerando a necessidade de disponibilização dos componentes para instalação dos equipamentos de registro de ponto facial, adequação

da infraestrutura de rede e reposição do estoque de informática, de modo a assegurar o atendimento das demandas institucionais.

6.6. O recebimento dos produtos será realizado por servidor designado pela Câmara Municipal, mediante conferência das quantidades, características técnicas, condições de conservação e conformidade com as especificações exigidas, podendo contar com o apoio do Setor de Tecnologia da Informação.

6.7. Os materiais que apresentarem defeitos, avarias, incompatibilidades ou divergências deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, observados os prazos e as condições estabelecidas.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Indicação de Marcas ou Modelos:

7.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:

7.2. Não haverá vedação de marca/modelo para a pretensa contratação.

Da Exigência de Carta de Solidariedade:

7.3. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na pretensa contratação.

Da Exigência de Amostras:

7.4. Não será exigida a apresentação de amostras físicas, ensaios, testes ou prova de conceito do produto/serviço a ser adquirido.

Da Garantia da Proposta:

7.5. Não haverá exigência de garantia de proposta, conforme Art. 58 da Lei 14.133/2021, por se tratar de contratação de baixo valor e/ou cujo objeto apresenta baixa complexidade.

Da Garantia da Contratação:

7.6. Não será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, conforme o Art. 96 da Lei 14.133/2021, por se tratar de contratação de baixo valor e/ou cujo objeto apresenta baixa complexidade.

Da Vistoria/Visita Técnica:

7.7. Não haverá necessidade de vistoria/visita técnica anterior à apresentação da proposta.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

Da Subcontratação:

7.8. Não será permitida a subcontratação do objeto.

Da participação de consórcios:

7.9. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

Da Sustentabilidade:

7.10. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

a) Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, na forma do Decreto Estadual nº 46.105/12, para a fabricação e/ou fornecimento dos produtos/serviços.

b) Nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Art. 92, inciso XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/2021, cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como com as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, na hipótese de enquadramento em tais exigências;

c) Proibir qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, insalubre, ou prejudiciais à sua moralidade conforme artigos 403 a 405 do Decreto-Lei nº 5.452/1943.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos materiais deverá ser iniciado mediante emissão de ordem de fornecimento, autorização de compra ou instrumento equivalente pela Câmara Municipal de Morro da Garça, observadas as especificações técnicas, os quantitativos, os prazos e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A entrega dos materiais deverá ocorrer na sede da Câmara Municipal de Morro da Garça, em local e horário previamente indicados pela Administração, observando-se o prazo estabelecido na ordem de fornecimento, de modo a assegurar a disponibilidade dos produtos para atendimento das demandas administrativas e operacionais da instituição.

8.3. Os produtos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, apresentar qualidade compatível com sua finalidade e atender integralmente às especificações estabelecidas, especialmente quanto às dimensões, capacidades, velocidades de transmissão, padrões de conectividade, compatibilidade com os equipamentos existentes e demais requisitos técnicos previstos para cada item.

8.4. Os materiais destinados à infraestrutura de rede e cabeamento deverão apresentar características adequadas à sua finalidade, observadas as bitolas,

dimensões, padrões de conexão e compatibilidade entre os componentes. Os equipamentos elétricos e eletrônicos deverão atender às normas técnicas e aos requisitos de segurança aplicáveis, incluindo certificações obrigatórias, quando exigidas pela regulamentação pertinente.

8.5. A contratada será responsável por todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos, incluindo aquisição, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga, tributos, encargos e demais custos incidentes sobre a entrega, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais àqueles estabelecidos na contratação.

8.6. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal, contendo a identificação dos produtos, quantidades, valores unitários e valor total, de modo a permitir a conferência e a verificação da conformidade com as condições contratadas.

8.7. O recebimento dos produtos será realizado por servidor designado pela Câmara Municipal, mediante conferência das quantidades, especificações técnicas, condições de conservação e funcionamento, podendo contar com o apoio do Setor de Tecnologia da Informação (TI) para a realização de verificações e testes de compatibilidade e funcionalidade, quando necessários.

8.8. Caso sejam identificados produtos com defeitos, avarias, falhas de funcionamento, incompatibilidades, quantidades inferiores às contratadas ou características divergentes das especificações exigidas, a contratada deverá providenciar sua substituição ou complementação, no prazo estabelecido pela Administração, sem qualquer ônus adicional para a Câmara Municipal.

8.9. A entrega dos materiais não implicará sua aceitação definitiva, ficando o recebimento condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as disposições do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.10. A contratada deverá atender às solicitações e orientações da fiscalização designada pela Câmara Municipal, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências cabíveis para solucionar eventuais irregularidades relacionadas ao fornecimento, à qualidade, à compatibilidade ou à conformidade dos produtos entregues.

8.11. O recebimento definitivo do objeto ocorrerá após a conferência integral dos materiais, a verificação do atendimento às especificações e aos quantitativos contratados e a resolução de eventuais pendências identificadas pela fiscalização, mediante formalização do respectivo termo de recebimento, sem prejuízo das responsabilidades legais da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente constatados.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

9.1. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da aceitação definitiva dos produtos/serviços que se dará por meio de atesto na nota fiscal por servidor competente desta Administração, observada a ordem de pagamento prevista no Art. 141 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2. Verificado erro na nota fiscal, o fornecedor será notificado para sanar a incorreção ou apresentar justificativa legal, sendo que nas hipóteses em que houver apresentação de nova nota fiscal ou correção de nota já emitida, ou, ainda, de documentos equivalentes necessários ao processamento da liquidação e do pagamento, o prazo previsto será interrompido, realocando-se o fornecedor no final da respectiva lista de ordem cronológica para pagamento com reinício da contagem do prazo.

9.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na Câmara Municipal de Morro da Garça, o pagamento, na hipótese de ainda não ter sido realizado, deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

9.4. A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação vigente e ter como o destinatário a Câmara Municipal de Morro da Garça, conforme dados da Nota de Autorização de Fornecimento/Serviço.

9.5. Para emissão da nota fiscal deverão ser observadas as disposições que tratam sobre a retenção de Imposto de Renda (IR).

9.6. A retenção do IR deverá ser discriminada no corpo do documento fiscal/fatura observado os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.

9.7. Não se sujeitam à retenção de IR, o às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, de que trata o Art. 12 da Lei Complementar nº 123/2006, em relação às suas receitas próprias, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de IR, conforme o Art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

9.8. Na hipótese de não retenção, conforme o subitem anterior, o fornecedor deverá informar na nota fiscal a condição e o respectivo embasamento legal, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção do IR no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.9. O pagamento se dará preferencialmente por meio de transferência bancária, oportunidade em que o fornecedor deverá informar, preferencialmente na própria nota fiscal, os dados bancários para pagamento, como o nome e código da instituição bancária/financeira, agência e conta, observada a regularidade fiscal, social e trabalhista do fornecedor.

9.10. Em caso de pagamento através de boleto bancário, deverá ser informado o valor bruto devido e o valor do IR a ser retido, efetuando-se o pagamento pelo valor líquido deduzido da respectiva retenção, conforme determina o Art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

9.11. No caso de não pagamento, no prazo, por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *"pro rata tempore"* do INPC.

9.12. A Câmara Municipal de Morro da Garça reserva-se o direito de reter pagamentos para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

9.13. Nenhum outro pagamento será devido pela Câmara Municipal de Morro da Garça ao fornecedor, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que o fornecedor é o único responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução do ajuste.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Correrão as despesas da presente contratação na seguinte dotação orçamentária: *3.3.90.30.00 (Ficha 13) Material de Consumo.*

11. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A presente contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato Administrativo, a ser celebrado com o fornecedor vencedor, nos termos do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O contrato terá vigência inicial de 2 (dois) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e disponibilidade orçamentária.

12. DA ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. Os produtos/serviços fornecidos ficam sujeitos à garantia legal estabelecida pelo Art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

12.2. A Câmara Municipal de Morro da Garça não aceitará produto/serviço em desacordo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao mesmo, cabendo ao fornecedor promover, à sua custa, o reparo ou a substituição, imediatamente após manifestação de inconformidade por parte da Câmara Municipal de Morro da Garça.

13. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, dispensa de licitação, sob a forma não eletrônica.

13.1.2. O critério de julgamento das propostas será o menor preço.

13.1.3. A proposta comercial terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.1.4. Em observância ao disposto no inciso IV do Art. 82 da Lei n 14.133/2021, não será aceita proposta com quantitativos inferiores aos demandados neste termo de referência.

13.1.5. O procedimento observará o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021, assegurando, quando cabível, a aplicação dos benefícios legais pertinentes, inclusive quanto ao critério de desempate e às condições de regularização fiscal.

13.2. **Exigências de habilitação:**

I. Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CMEI);

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

III. Habilitação Técnica:

a) Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico operacional e/ou técnico-profissional.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

IV. Habilitação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pela comarca da sede do fornecedor.

V. Demais declarações:

a) Declaração de que atende os requisitos de habilitação;

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

14. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O instrumento de contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme o Art. 115 da referida Lei.

14.2. Serão designados para acompanhar e fiscalizar o fornecimento da contratação servidores da Câmara Municipal de Morro da Garça, os quais deverão realizar as atividades de acompanhamento e de fiscalização de forma preventiva, rotineira e sistemática, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, procedendo, no que couber, às ações previstas no Art. 117 da Lei 14.133/2021.

14.3. A fiscalização por parte da Câmara Municipal de Morro da Garça não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Após a assinatura do contrato/instrumento equivalente, a Câmara Municipal de Morro da Garça poderá convocar o representante do fornecedor contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.5. O contrato ou documento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

14.6. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor contratado, para fins de empenho e pagamento da despesa, e anotará em relatório próprio os problemas que obstem o fluxo normal do processo.

15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. **Obrigações do fornecedor:**

a) Fornecer integralmente os materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática destinados à composição e reposição do estoque da Câmara Municipal de Morro da Garça, em conformidade com as especificações, quantidades, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

b) Assegurar que todos os produtos fornecidos sejam novos, sem uso anterior, de qualidade adequada, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, livres de defeitos, avarias ou quaisquer irregularidades que possam comprometer sua utilização, observadas as garantias legais e contratuais aplicáveis.

c) Fornecer os 19 (dezenove) tipos de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática relacionados na contratação, observando rigorosamente as características técnicas exigidas para cada produto, especialmente quanto às dimensões, capacidades, velocidades de transmissão, padrões de conectividade, materiais de fabricação, compatibilidade e demais especificações estabelecidas pela Administração.

d) Cumprir rigorosamente o prazo de entrega estabelecido pela Administração, assegurando o fornecimento integral dos materiais no local indicado pela Câmara Municipal, de modo a possibilitar o atendimento das demandas relacionadas à instalação dos equipamentos de ponto facial, à adequação da infraestrutura de rede e à reposição do estoque de informática.

e) Garantir que os equipamentos de rede, componentes elétricos e materiais destinados à infraestrutura de cabeamento atendam às normas técnicas e aos requisitos de segurança aplicáveis, especialmente quanto à compatibilidade dos padrões de conexão, às condições de funcionamento, à resistência dos materiais e à utilização prevista, incluindo certificações obrigatórias, quando exigidas pela regulamentação pertinente.

f) Assegurar que os cartuchos de toner, periféricos e demais acessórios de informática apresentem características compatíveis com os equipamentos existentes na Câmara Municipal, observando os requisitos de funcionamento, rendimento, conectividade e desempenho estabelecidos nas especificações técnicas, de modo a garantir sua adequada utilização.

g) Responsabilizar-se pelo adequado acondicionamento, embalagem, identificação e proteção dos produtos durante o transporte, adotando as medidas necessárias para evitar danos, quebras, deformações ou comprometimento das características técnicas e funcionais dos materiais e equipamentos fornecidos.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

h) Substituir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, falhas de funcionamento, incompatibilidades, características inferiores às exigidas ou quaisquer desconformidades com as especificações deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais responsabilidades e garantias aplicáveis.

-

i) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas, obrigando-se a comunicar a Câmara Municipal de Morro da Garça ocorrência que interrompa tais condições;

j) O reconhecimento dos direitos da Câmara Municipal de Morro da Garça em caso de rescisão administrativa do contrato prevista no Art. 138 da Lei 14.133/2021;

k) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário seu;

l) Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a contratação, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários;

m) Promover a substituição de equipamentos em desconformidade, respeitando o prazo previsto;

n) Arcar com todas as despesas com transporte, carga/descarga, mão de obra, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusivas do fornecedor;

o) Manter a Câmara Municipal a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou propostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do contrato;

p) Nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, do art. 92, XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/2021, cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como com as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, na hipótese de enquadramento em tais exigências;

q) Comunicar à Câmara Municipal de Morro da Garça quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira do fornecedor, com repercussões no ajuste;

r) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Câmara Municipal de Morro da Garça;

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

s) Se optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, informar, imediatamente, à Câmara Municipal de Morro da Garça eventual desenquadramento de tal tratamento tributário;

t) Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara Municipal de Morro da Garça ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

u) Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, na forma do Decreto Estadual nº 46.105/12, para a fabricação e/ou fornecimento dos serviços.

15.2. **Obrigações da Câmara Municipal de Morro da Garça:**

a) Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de referência;

b) Fornecer os esclarecimentos necessários ao fornecedor;

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização da contratação, mediante a designação de servidor(es), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando a data, bem como o nome dos envolvidos, dando ciência ao representante do fornecedor e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, o que não exime o fornecedor de suas responsabilidades;

d) Notificar o fornecedor, sobre imperfeições, falhas, irregularidades ou inconformidades constatadas na execução/fornecimento para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, observados os procedimentos para tal;

f) Rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados na legislação;

g) Quando julgar necessário, solicitar a comprovação referente à reserva de cargos prevista em lei e em outras normas específicas, inclusive mediante a apresentação da respectiva relação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

h) Efetuar diligência, quando julgar conveniente, para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade;

i) Fornecer à contratada, comprovante anual de retenção, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, podendo ser disponibilizado em meio eletrônico, conforme modelo constante do Anexo V à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, informando, relativamente a cada mês em que houver sido efetuado o pagamento, os códigos de retenção, os valores pagos e os valores retidos.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei nº 14.13382021, quais sejam:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas alíneas do subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado da contração, até o limite de 10 (dez) dias úteis de atraso injustificado na execução do objeto da presente contratação.

16.2.3. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação pela inadimplência além do prazo de 10 (dez) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial deste;

16.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos;

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, inclusive a responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

16.4. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente.

16.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.6. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa.

Morro da Garça/MG, 04 de novembro de 2026.

Erica Cristina Gomes da Silva
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

TIMBRE DO FORNECEDOR

PROPOSTA COMERCIAL

À CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA (MG).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

OBJETO: Aquisição de materiais, equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, destinados à composição e reposição do estoque de suprimentos de informática da Câmara Municipal de Morro da Garça.

Razão Social do Fornecedor:	
Nome Fantasia (se houver):	
CPF/CNPJ:	
Inscrição Estadual (se houver):	
Endereço:	
E-mail:	
Telefone:	
Representante Legal da Empresa:	**CPF:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	**SWITCH 16 PORTAS GIGABIT 10/100/1000** Switch com 16 portas RJ45 Gigabit 10/100/1000 Mbps, com auto negociação, suporte Auto MDI/MDIX, padrões IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab e IEEE 802.3x, capacidade mínima de comutação de 32 Gbps, fonte de alimentação 100-240VAC, 50/60Hz, certificações FCC, CE e RoHS ou equivalentes.	02	Unidade		
2	**ELETRODUTO GALVANIZADO 3/4 – 3 METROS** Eletroduto galvanizado, bitola 3/4, com comprimento aproximado de 3 metros, destinado à instalação e proteção de cabeamento.	20	Unidade		
3	**CONECTOR PARA CONDULETE MÚLTIPLO 3/4** Conector para condulete múltiplo 3/4, galvanizado, acompanhado de parafusos para fixação.	30	Unidade		

4	**CONDULETE GALVANIZADO MÚLTIPLO ALUMÍNIO X 3/4** Condulete galvanizado múltiplo em alumínio, tipo X, bitola 3/4, destinado à passagem e organização de cabos.	25	Unidade		
5	**TAMPA GALVANIZADA PARA CONDULETE COM 1 SUPORTE RJ45** Tampa galvanizada para condulete, com 1 suporte para conector RJ45, acompanhada de parafusos para fixação.	10	Unidade		
6	**TAMPA GALVANIZADA PARA CONDULETE COM 2 SUPORTES RJ45** Tampa galvanizada para condulete, com 2 suportes para conectores RJ45, acompanhada de parafusos para fixação.	05	Unidade		
7	**TAMPA CEGA GALVANIZADA PARA CONDULETE** Tampa cega galvanizada para condulete múltiplo em alumínio, acompanhada de parafusos para fixação.	10	Unidade		
8	**TAMPÃO PVC PARA CONDULETE MÚLTIPLO ALUMÍNIO – KIT 100 UNIDADES** Tampão em PVC para condulete múltiplo em alumínio, fornecido em kit com 100 unidades.	50	Unidades		
9	**ABRAÇADEIRA PLÁSTICA PARA TUBO ELETRODUTO 3/4 – PACOTE 50 UNIDADES** Abraçadeira plástica para tubo/eletroduto, cor cinza, bitola 3/4, com sistema de clip, fornecida em pacote com 50 unidades.	50	Unidade		
10	**CONECTOR UNIDUT RETO PARA ELETRODUTO 3/4** Conector unidut reto para eletroduto de 3/4, confeccionado em alumínio, destinado à conexão e fixação em instalações aparentes.	10	Unidade		
11	**CURVA 90° PARA ELETRODUTO/CONDULETE 3/4** Curva 90° para eletroduto/condulete em alumínio, bitola 3/4, destinada à mudança de direção em instalações de cabeamento.	10	Unidade		
12	**SEALTUBO 3/4 EMBORRACHADO** Sealtubo emborrachado, bitola 3/4, destinado à proteção e condução de cabos em instalações elétricas ou de rede.	05	Metro		
13	**CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL COM HP 1030X** Cartucho de toner compatível ou original HP 1030X, para uso em impressora HP MFP-4103FDW, na cor preta, com rendimento aproximado de 9.700 páginas, considerando 5% de cobertura em papel A4.	06	Unidade		
14	**KIT TECLADO E MOUSE USB** Combo teclado e mouse. Teclado multimídia em formato slim, cor preta, layout ABNT2, teclas macias e silenciosas, conexão USB. Mouse com fio, conexão USB, resolução aproximada de 1200 dpi, cabo de aproximadamente 130 cm, 3 botões e textura emborrachada.	05	Unidade		
15	**MOUSEPAD LISO COM BASE EMBORRACHADA** Mousepad liso, com base emborrachada antiderrapante, dimensões aproximadas de 22 cm de comprimento x 18 cm de largura.	01	Unidade		
16	**FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS** Filtro de linha com, no mínimo, 6 tomadas, destinado à proteção e alimentação de equipamentos eletrônicos e de informática, com cabo de alimentação, interruptor liga/desliga e compatibilidade com a rede elétrica local.	03	Unidade		
17	**ORGANIZADOR ESPIRAL PARA FIOS E CABOS 1/2" PRETO – 10 METROS** Organizador espiral para fios e cabos, bitola 1/2", na cor preta, com comprimento de **10 metros**, destinado à organização, proteção e agrupamento de cabos de informática, rede e energia.	01	Unidade		
18	**ORGANIZADOR ESPIRAL PARA FIOS E CABOS 3/4" PRETO - 10 METROS** Organizador espiral para fios e cabos, bitola 3/4", na cor preta, com comprimento de **10 metros**, destinado à organização, proteção e agrupamento de cabos de informática, rede e energia.	01	Unidade		

19	**ADAPTADOR ETHERNET GIGABIT COM 3 PORTAS USB 3.0** Adaptador Ethernet Gigabit com entrada RJ45 e, no mínimo, 3 portas USB 3.0, destinado à conexão de rede cabeada e expansão de portas USB em computadores, notebooks e demais equipamentos compatíveis.	03	Unidade		

VALOR TOTAL GLOBAL (R$): _____

VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 dias.

CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: *Conforme Aviso de dispensa.*

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: *Conforme Aviso de dispensa.*

CONDIÇÕES DE GARANTIA: *Conforme Aviso de dispensa.*

DECLARO, que nos preços propostos encontram-se incluídas todas as despesas como: impostos, fretes, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais ou quaisquer outras despesas incidentes sobre os produtos/serviços licitados, bem como compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

DECLARO, ainda, estar de acordo com todos os termos do aviso de intenção de contratação direta, do termo de referência e demais anexos.

_____, _____ de _____ de 2026.
(local) (dia) (mês)

_____
Assinatura do Representante Legal

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA PARA FINS DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO CONJUNTA PARA FINS DE LICITAÇÃO

À CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

O(A) *(nome/razão social)* _____, inscrito(a) no CNPJ/CPF _____, sediada/residente na *(endereço completo)* _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, *(sócio proprietário/procurador)* _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, na qualidade de proponente do processo licitatório acima especificado e, sob as penas da lei:

Declara, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Artigos 42 a 49 da citada lei, cumprindo os requisitos legais para qualificação como:

( ) **Microempresa - ME** ou ( ) **Empresa de Pequeno Porte - EPP**, definida nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

( ) **Sociedade cooperativa** equiparada à ME/EPP, que cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133/2021, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n.º 123/2006, ela incluídos os atos cooperados e não cooperados;

Declara, sob as penas da lei, que no atual ano-calendário ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP.

Declara, sob as penas da lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital/aviso de dispensa sem disputa e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos em tal instrumento e que as declarações informadas são verídicas, conforme Art. 63, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021;

Declara, sob as penas da lei, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas Normas Infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de abertura da sessão desta licitação;

Declara, sob as penas da lei, para fins do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

Declara, sob as penas da lei, cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local) _____, ___ de _____ de 2026.

_____
[Nome e assinatura do representante legal/procurador]

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 38.522.827/0001-38, com sede na Avenida Presidente José Antônio de Oliveira, nº 703, Bairro Pompéia, Morro da Garça/MG, CEP. 39.248-000, neste ato representado por seu Presidente, CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA.

CONTRATADA: [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], com sede à [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por seu representante legal, [NOME DO REPRESENTANTE], inscrito no CPF sob o nº [000.000.000-00].

As partes acima identificadas têm entre si, em conformidade com o que foi autorizado no Processo Licitatório nº XX/XXXX, Dispensa de Licitação nº XX/XXXX, justo e contratado o presente, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

1.1. O regime jurídico deste contrato administrativo tem amparo legal na Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.

1.2. O presente contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao aviso de intenção de contratação direta, ao termo de referência, bem como à proposta comercial do CONTRATADO.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a "*(indicar o objeto da contratação).*"

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

3.1. O valor total global da contratação é no importe de R$ X.XXX,XX, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/ CATSERV	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

4.1. O modelo de execução contratual, bem como as condições e prazos de fornecimento e de garantia do objeto são os constantes do termo de referência, vinculados a este contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada a subcontratação do objeto.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da aceitação definitiva dos produtos que se dará por meio de atesto na nota fiscal por servidor competente da CONTRATANTE, observada a ordem de pagamento prevista no Art. 141 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2. Verificado erro na nota fiscal, a CONTRATADA será notificada para sanar a incorreção ou apresentar justificativa legal, sendo que nas hipóteses em que houver apresentação de nova nota fiscal ou correção de nota já emitida, ou, ainda, de documentos equivalentes necessários ao processamento da liquidação e do pagamento, o prazo previsto será interrompido, realocando-se a CONTRATADA no final da respectiva lista de ordem cronológica para pagamento com reinício da contagem do prazo.

6.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na CONTRATANTE, o pagamento, na hipótese de ainda não ter sido realizado, deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.4. A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação vigente e ter como o destinatário a CONTRATANTE, conforme dados da Nota de Autorização de Fornecimento.

6.5. Para emissão da nota fiscal a CONTRATADA deverá ser observadar as disposições que tratam sobre a retenção de Imposto de Renda (IR).

6.6. A retenção do IR deverá ser discriminada no corpo do documento fiscal/fatura observado os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.

6.7. Não se sujeitam à retenção de IR, o às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, de que trata o Art. 12 da Lei Complementar nº 123/2006, em relação às suas receitas próprias, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de IR, conforme o Art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

6.8. Na hipótese de não retenção, conforme o subitem anterior, a CONTRATADA deverá informar na nota fiscal a condição e o respectivo embasamento legal, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção do IR no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.9. O pagamento se dará preferencialmente por meio de transferência bancária, oportunidade em que a CONTRATADA deverá informar, preferencialmente na própria nota fiscal, os dados bancários para pagamento, como o nome e código da instituição bancária/financeira, agência e conta, observada a regularidade fiscal, social e trabalhista da CONTRATADA.

6.10. Em caso de pagamento através de boleto bancário, deverá ser informado o valor bruto devido e o valor do IR a ser retido, efetuando-se o pagamento pelo valor líquido deduzido da respectiva retenção, conforme determina o Art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

6.11. No caso de não pagamento, no prazo, por culpa da CONTRATANTE, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *"pro rata tempore"* do INPC.

6.12. A CONTRATANTE reserva-se o direito de reter pagamentos para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

6.13. Nenhum outro pagamento será devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a CONTRATADA é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução do ajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Correrão as despesas da presente contratação na seguinte dotação orçamentária: *(indicar dotação orçamentária).*

8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. (indicar o prazo de vigência contratual, bem como previsão de prorrogação, se for o caso, observadas as disposições legais).

8.2. Na hipótese de utilização de assinatura eletrônica, considera-se data de assinatura do contrato a data da última assinatura no documento.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data da assinatura do presente instrumento contratual.

9.2. Após o interregno de 1 (um) ano da data-base indicada no subitem anterior, caso o contrato ainda esteja vigente, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo por base a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. A não manifestação da CONTRATADA quanto à solicitação de do reajuste implicará em renúncia ou preclusão lógica do direito.

9.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.5. O reajuste de que trata os subitens anteriores não caracteriza alteração contratual e poderá ser realizado por simples apostila, nos termos do inciso I do Art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Nos casos de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro ou outra hipótese de alteração contratual prevista no inciso II, alínea 'd', do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o gestor deverá decidir no prazo de 30 (trinta) dias corridos quanto à solicitação da CONTRATADA.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

9.8. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.9. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (Art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.10. Registros que não caracterizarem alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1. Os produtos/serviços fornecidos ficam sujeitos à garantia legal estabelecida pelo Art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

10.2. A CONTRATANTE não aceitará o objeto em desacordo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao mesmo, cabendo a CONTRATADA promover, à sua custa, o reparo ou a substituição, imediatamente após manifestação de inconformidade por parte da CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

-

a) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas, obrigando-se a comunicar a Câmara Municipal de Morro da Garça ocorrência que interrompa tais condições;

b) O reconhecimento dos direitos da Câmara Municipal de Morro da Garça em caso de rescisão administrativa do contrato prevista no Art. 138 da Lei 14.133/2021;

c) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário seu;

d) Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a contratação, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários;

e) Promover a substituição de equipamentos em desconformidade, respeitando o prazo previsto;

f) Arcar com todas as despesas com transporte, carga/descarga, mão de obra, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusivas do fornecedor;

g) Manter a Câmara Municipal a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou propostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do contrato;

h) Nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, do art. 92, XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/2021, cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como com as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, na hipótese de enquadramento em tais exigências;

i) Comunicar à Câmara Municipal de Morro da Garça quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira do fornecedor, com repercussões no ajuste;

j) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Câmara Municipal de Morro da Garça;

k) Se optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, informar, imediatamente, à Câmara Municipal de Morro da Garça eventual desenquadramento de tal tratamento tributário;

l) Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara Municipal de Morro da Garça ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

m) Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, na forma do Decreto Estadual nº 46.105/12, para a fabricação e/ou fornecimento dos serviços.

11.2. Obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

b) Fornecer os esclarecimentos necessários a CONTRATADA;

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização da contratação, mediante a designação de servidor(es), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando a data, bem como o nome dos envolvidos, dando ciência ao representante da CONTRATADA e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, o que não exime o fornecedor de suas responsabilidades;

d) Notificar a CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas, irregularidades ou inconformidades constatadas na execução/fornecimento para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, observados os procedimentos para tal;

f) Rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados na legislação;

g) Quando julgar necessário, solicitar a comprovação referente à reserva de cargos prevista em lei e em outras normas específicas, inclusive mediante a apresentação da respectiva relação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

h) Efetuar diligência, quando julgar conveniente, para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade;

i) Fornecer a CONTRATADA, comprovante anual de retenção, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, podendo ser disponibilizado em meio eletrônico, conforme modelo constante do Anexo V à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, informando, relativamente a cada mês em que houver sido efetuado o pagamento, os códigos de retenção, os valores pagos e os valores retidos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do Art. 8º e funções estabelecidas nos Artigos 21 ao 24, observados os requisitos do Art. 10 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções administrativas incidentes à inexecução do objeto são descritas constam no Termo de Referência e observará o Art 156, Lei 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 138 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas nos Artigos 155 e 156 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos para a contratação, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

14.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 137 da Lei nº 14.133/ 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3. Na hipótese do subitem anterior, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do contrato, exceto se houver restrição da capacidade de execução do ajuste.

15.5. O contrato poderá também ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de licitação/contratação direta do qual o ajuste se originou ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme disposto no Art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado à CONTRATADA:

16.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DECLARAÇÃO E NOVAÇÃO

17.1. A CONTRATADA declara, por esta e na melhor forma de direito, estar devidamente habilitada para contratação e fornecimento do objeto contratado, assumindo, em consequência, todos os riscos e obrigações decorrentes deste contrato.

17.2. Toda e qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, na exigência do cumprimento do presente contrato não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo esta ser a qualquer tempo.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a publicidade deste contrato será feita por meio do site oficial da Câmara Municipal de Morro da Garça, Portal da Transparência, e Diário Oficial dos Municípios Mineiros da AMM.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas nele avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA/MG

19.2. Este contrato vincula-se às suas próprias cláusulas, às normas e princípios do Direito Público, às regras da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as normas de Direito Civil.

19.3. A Lei Geral de Proteção de Dados, Lei n.º 13.709/2018, será obedecida, em todos os seus termos pela CONTRATADA pela CONTRATANTE.

19.4. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente, nas demais legislações aplicáveis, inclusive as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e normas e princípios gerais dos contratos.

19.5. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Curvelo, do Estado de Minas Gerais, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no Art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

19.6. E por estarem assim justas e acordadas, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, forma e validade que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Morro da Garça/MG, DD de MMMMM de AAAA.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: